

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

ELIZELAINE RODRIGUES DO NASCIMENTO

**OS DESAFIOS NO TRANSPORTE ESCOLAR DA ZONA RURAL DE
UBERABA/MG**

Uberlândia (MG)
2024

ELIZELAINE RODRIGUES DO NASCIMENTO

**OS DESAFIOS NO TRANSPORTE ESCOLAR DA ZONA RURAL DE
UBERABA/MG**

Monografia apresentada ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Área de concentração: Geografia.

Orientador: Prof. Dr. William
Rodrigues Ferreira.

Uberlândia (MG)
2024

ELIZELAINE RODRIGUES DO NASCIMENTO

**OS DESAFIOS NO TRANSPORTE ESCOLAR DA ZONA RURAL DE
UBERABA/MG**

Monografia apresentada ao Instituto de
Geografia da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel.

Área de concentração: Geografia.

Orientador: Prof. Dr. William Rodrigues
Ferreira

Uberlândia, 02/05/2024

Banca Examinadora:

Professor Dr. William Rodrigues Ferreira

Professor Dr. Vitor Ribeiro Filho

Professora Dra. Beatriz Ribeiro Soares

Uberlândia (MG)
2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por minha vida e pela oportunidade de concluir com sucesso o tão almejado curso dos meus sonhos, além de me dar força para superar os obstáculos ao longo do caminho.

Aos meus familiares e amigos, que me incentivaram nos momentos mais difíceis e compreenderam minha ausência enquanto me dedicava à realização deste trabalho.

Por fim, ao professor William Rodrigues Ferreira, cuja ajuda foi essencial para meu melhor desempenho, e para os professores Vitor Ribeiro Filho e Beatriz Ribeiro Soares, que também tiveram um papel fundamental para minha formação profissional.

RESUMO

O tema dessa monografia refere-se ao transporte escolar dos estudantes da zona rural e às dificuldades enfrentadas no percurso casa - escola durante e após a pandemia da Covid-19. Deste modo, questiona se o atendimento oferecido pelos órgãos públicos atende a demanda da região. Como objetivo geral, busca-se verificar a qualidade do transporte público escolar oferecido para a população da zona rural de Uberaba/MG e, de forma específica, analisar a sua importância para as comunidades rurais, com foco na vulnerabilidade social e necessidade de amparo social; conhecer como esse serviço é realizado no Município de Uberaba/MG, além da rotina dos alunos e como se dá o percurso entre a casa e escola dos alunos; e, por fim, apontar possíveis soluções para a problemática encontrada, de modo a beneficiar a comunidade rural e promover o acesso ao ensino das crianças que moram neste local. Justifica-se o tema em razão da necessidade de promover educação universal a todos. Portanto, para a elaboração da presente pesquisa, utilizou-se como abordagem o método qualitativo, sendo apontadas características do ambiente e do cotidiano escolar rural como fonte direta de dados.

Palavras-chave: Transporte escolar; Educação; Uberaba; Zona Rural.

ABSTRACT

The theme of this monograph refers to school transport for students in rural areas and the difficulties faced on the home-school route during and after the Covid-19 pandemic. In this way, it questions whether the service offered by public bodies meets the region's demand. As a general objective, we seek to verify the quality of public school transport offered to the population of the rural area of Uberaba/MG and, specifically, analyze its importance for rural communities, focusing on social vulnerability and the need for social support ; know how this service is carried out in the Municipality of Uberaba/MG, in addition to the students' routine and how the route between the students' home and school takes place; and, finally, point out possible solutions to the problem encountered, in order to benefit the rural community and promote access to education for children who live in this location. The theme is justified due to the need to promote universal education for all. Therefore, to prepare this research, the qualitative method was used as an approach, with characteristics of the rural school environment and everyday life being highlighted as a direct source of data.

Keywords: School transport; Education; Uberaba; Countryside.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. IMPORTÂNCIA DO TRANSPORTE PÚBLICO PARA COMUNIDADES RURAIS	
10	
1.1. EVASÃO ESCOLAR DE ALUNOS DA ZONA RURAL.....	10
1.2. PERMANÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR.....	13
1.3. REGULAMENTAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR E CONDIÇÕES PARA FUNCIONAMENTO.....	16
1.4. PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR	18
1.5. PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	19
2. TRANSPORTE ESCOLAR NA ZONA RURAL.....	20
2.1. A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL	20
2.2. O ACESSO DE ALUNOS DE COMUNIDADES CARENTES A AMBIENTES ESCOLARES.....	21
3. O TRANSPORTE ESCOLAR NA ZONA RURAL DE UBERABA/MG.....	24
3.1. SOLUÇÕES PARA A PRECARIIDADE DO TRANSPORTE NA ZONA RURAL DE UBERABA – COMUNIDADE DE SANTA ROSA	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
ANEXO 01	46

INTRODUÇÃO

No ano de 2020, instalou-se uma pandemia mundial em decorrência do vírus Covid-19 que fez com que todo o modo de vida cotidiano fosse adaptado para a nova forma de interação humana. Era necessário adotar medidas preventivas que impedissem a proliferação do vírus e, com isso, as pessoas ficaram em isolamento social em respeito às medidas sanitárias impostas na época. Esse período também teve impacto na educação, já que os alunos não podiam mais se reunir no ambiente escolar para assistir às aulas (PROETTI, 2017).

Não somente as instituições tiveram que se reinventar, como também os professores, pois tinham de ser criativos para criar novas formas de ensino com objetivo de dar continuidade no processo educacional das crianças. Com o uso de certas ferramentas, como o *Google Classroom* ou o *Zoom*, os professores optaram por dar aulas *online*, o que levantou uma série de discussões acerca da viabilidade e universalidade do ensino (SILVA; SANTOS, 2023).

É fundamental que a educação seja igualmente direcionada para todos os estudantes. O ensino virtual demonstra-se como uma barreira, já que nem todos os alunos tem condições de adquirir um computador ou celular para acompanhar as aulas ministradas pelos professores. Sendo assim, houve a necessidade de que as escolas oferecessem computadores para a utilização, em especial, de alunos de baixa-renda (PROETTI, 2017).

Entre esses discentes, encontram-se aqueles que moram na zona rural e que necessitam de atenção ainda mais especial, já que precisam de transporte público para se locomoverem até a instituição escolar. Trata-se de um recurso essencial para a universalização da educação, que é um direito fundamental e que deve ser provido pelo poder público. Com as medidas sanitárias impostas pela pandemia e baixo fluxo de alunos para as instituições de ensino, os discentes da zona rural foram prejudicados (SILVA; SANTOS, 2023).

O tema, portanto, refere-se ao transporte escolar dos estudantes da zona rural e às dificuldades enfrentadas no percurso durante e após a pandemia. Deste modo, questiona-se o atendimento oferecido pelos órgãos públicos a demanda da região?

Observa-se, portanto, como hipótese que o transporte público para a zona rural se tornou ainda mais precário após o advento da pandemia Covid-19, com isto, as crianças que se beneficiavam deste recurso ficaram desamparadas, sendo

fundamental o amparo social para que o acesso ao ensino seja, efetivamente, direcionado a todos e que haja comunicação entre a escola, os órgãos competentes e a comunidade de pais e alunos, com o fim de atender às necessidades sociais.

Como objetivo geral, buscou-se verificar a qualidade do transporte público escolar oferecido para a população da zona rural de Uberaba/MG e, de forma específica, analisar a importância do mesmo para as comunidades rurais, com foco na vulnerabilidade social e necessidade de amparo social; conhecer como esse serviço é realizado no Município de Uberaba/MG, além da rotina dos alunos e como se dá o percurso entre a casa - escola dos alunos; e, por fim, apontar possíveis soluções para a problemática encontrada, de modo a beneficiar a comunidade rural e promover o acesso ao ensino das crianças que moram neste local.

O presente trabalho analisou o transporte público na comunidade rural de Santa Rosa no Município de Uberaba-MG, entre os períodos de abril de 2020 a janeiro de 2023, o que se deu com base em relatos pessoais, entrevistas e reportagens locais que tratam sobre o assunto.

Para a elaboração da presente pesquisa, utilizou-se como abordagem o método qualitativo, sendo apontadas características do ambiente natural como fonte direta de dados. Portanto, ainda, sublinha-se que a pesquisa teve caráter descritivo. A pesquisa qualitativa considera a complexidade dos assuntos a serem abordados e que contribuem para o desenvolvimento de uma pesquisa mais aprofundada.

É necessário que o pesquisador considere todas as particularidades do objeto a ser estudado, através de um embasamento científico, e que verifique as influências dos meios nos modelos a serem estudados, de acordo com o objeto em questão (PROETTI, 2017).

A pesquisa foi conduzida através da análise da literatura disponível acerca do assunto, como, por exemplo, Machado (2020) e Neves (1996). Além disso, também foi feita uma pesquisa de campo para verificar como se dá o transporte público para a zona rural de Uberaba, em específico para a Comunidade de Santa Rosa, e as possíveis soluções para os problemas que forem apontados. Para isto, foram realizadas entrevistas com alunos, professores e servidores públicos de órgãos como a Secretaria da Educação, para verificar mais profundamente sobre o assunto a ser estudado.

1. IMPORTÂNCIA DO TRANSPORTE PÚBLICO PARA COMUNIDADES RURAIS

A educação é um direito de todos os cidadãos. No entanto, quando se analisa a prática evidenciam-se alguns obstáculos capazes de distanciar o aluno da sala de aula. Entre eles, cita-se o discente que mora em lugares mais remotos e que possuem dificuldade de se locomover com facilidade para a zona urbana, onde, majoritariamente, se encontram as escolas. Os alunos da zona rural necessitam de um meio de transporte disponível para que sejam encaminhados para as instituições de ensino. Trata-se de um valor de equidade e permite que sejam reduzidas as vulnerabilidades das pessoas mais carentes (PANTOJA, 2021).

O ensino público deve considerar a realidade socioeconômica dos alunos que frequentam suas instituições. Atualmente, nota-se um mundo moderno em que, inclusive, diversos recursos são inseridos em sala de aula. O que, por um lado, pode ser visto como progresso, tem uma consequência grave para aqueles que não tem condições de acompanhar essa evolução. Isso pode fazer com que esses alunos sejam excluídos e que não recebam uma educação de qualidade, ainda que lhes seja de direito (SILVA; SANTOS, 2023).

A situação de pandemia tornou essa problemática ainda mais evidente. Ainda que sejam oferecidos computadores em sala de aula, os alunos que moram na zona rural não possuem meios que facilitam o seu acesso às escolas. Com o isolamento social, as aulas eram ministradas *online*. Contudo, nem sempre a condição socioeconômica de um aluno o permite acompanhar a classe com um equipamento que lhe conceda acesso à *internet* (JESUS, 2020).

Isso, além de outros fatores, alonga ainda mais a distância entre o aluno e a sala de aula e facilita a evasão, que é o abandono da escola pelo discente. Portanto, devem ser adotadas medidas que solucionem este problema e que sejam respaldadas pela legislação vigente. As políticas públicas de transporte escolar são fundamentais para a manutenção do aluno na instituição de ensino e para difundir o acesso à educação, que é um direito universal (COSTA et al., 2021).

1.1. EVASÃO ESCOLAR DE ALUNOS DA ZONA RURAL

A evasão escolar na zona rural é um problema que merece destaque. Para que se compreenda a sua definição, destaca-se que cada aluno tem suas justificativas. Trata-se de uma questão que deve ser analisada individualmente para que se

conceitue, com exatidão, os motivos que podem levar um aluno ao abandono da instituição escolar. Ponto comum é que atores socioculturais e econômicos estão diretamente relacionados a essas motivações (PRATA; SOUZA; LEITE, 2023).

Essa dificuldade em se definir os motivos que podem levar ao abandono da escola pode ser sanada com uma comunicação efetiva entre a instituição e a comunidade em que atua. Assim, passa a se familiarizar com as questões sociais que permeiam a sociedade e que podem ser determinantes para provocar a evasão de um discente. Além disso, destaca-se que a definição, pela escola, de evasão pode diferir de uma para outra (SILVA; SANTOS, 2023).

Enquanto algumas instituições consideram como evasão somente quando o aluno abandona completamente o ambiente escolar, outras já observam a irregularidade da presença do discente em sala de aula. Fatores políticos e climáticos também podem influenciar neste processo, o que deve ser considerado pela instituição de ensino. Ainda que a sua definição seja complexa, é fundamental que haja preocupação com os alunos que abandonam a escola, já que isso pode prejudicá-lo em seu processo educacional e profissional (JESUS, 2020).

O aluno que não frequenta a escola deixa de receber educação. Com isso, seu acesso a oportunidades se torna ainda mais restrito, já que não corresponde às expectativas sociais para o mercado de trabalho e para outras situações da vida em si. Sem as aptidões necessárias para um emprego estável, torna-se ainda mais vulnerável às mazelas da sociedade. Por isso, a educação é um direito essencial que deve ser oferecido para todos, já que é intrínseco à vida humana e em sociedade (PANTOJA, 2021).

A dignidade da pessoa humana é um dos princípios pré-estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). O direito à educação tem como fundamento tal valor, o que evidencia ainda mais a sua importância para o indivíduo e o meio social, como um todo. Essa prerrogativa deve ser resguardada por meio da criação de políticas públicas, as quais consideram as particularidades de um determinado local para que atendam, de forma efetiva, o seu propósito (PRATA; SOUZA; LEITE, 2023).

Quando são estudados os fatores que podem levar os alunos de uma certa escola, em específico, a abandonarem o ambiente escolar, torna-se possível criar estratégias para que o problema seja dirimido com eficiência. O principal objetivo dessas políticas positivas é de reduzir a taxa de evasão, o que se dá a partir da

conclusão do curso pelo discente. Tanto aluno, quanto familiares devem ver a escola como um ambiente acolhedor, que busca pelos meios necessários para a aproximação entre a instituição e a comunidade (COSTA et al., 2021).

O Brasil é um país em que há um alto índice de desigualdade social. Com isso, uma determinada classe da sociedade não tem acesso a recursos que são básicos para o cotidiano humano. Sendo assim, torna-se necessário que sejam adotadas medidas para reduzir esse distanciamento entre as classes socioeconômicas com o escopo de dar oportunidade para todos de forma equitativa (JESUS, 2020).

Para além do simples acesso, a educação que é oferecida para os alunos de escola pública deve ter boa qualidade. Devem ser disponibilizados recursos para facilitar a conexão entre alunos e professores, assim como auxiliar para que o discente se conecte ainda mais com o conteúdo. Quando o aluno se sente acolhido pelo ambiente institucional, torna-se mais propenso a frequentar a escola com mais assiduidade e perceber o impacto positivo que causa em seu dia-a-dia (PANTOJA, 2021).

De acordo com Silvia e Santos (2023, p. 04), “1 em cada 4 brasileiros entre 17 e 25 anos não possui a formação adequada ou condizente com o esperado”. Nota-se o quando se trata de um problema evidente socialmente e que impera ser dirimido por meio de políticas públicas direcionadas a isso. Cabe frisar que, no Brasil, é obrigatória a oferta pública para que todas as pessoas, com até 17 anos de idade, tenham, ao menos, o ensino médio.

Contudo, a realidade demonstra esta ser uma premissa utópica, já que a evasão acontece antes que o aluno finalize os seus estudos. Com isso, há uma descontinuidade no processo educacional, ainda que o aprendizado seja essencial para a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho e a vida em sociedade. Entre os motivos que podem levar ao abandono da escola, cita-se a dificuldade que o aluno pode vir a ter de acompanhar e aprender o conteúdo ministrado (SILVA; SANTOS, 2023).

Há pouco tempo, idealizava-se que o aluno deveria absorver todo o cronograma de estudos e superar, por si só, as suas dificuldades. Havia uma sensação de individualidade que pode ter sido contribuinte para a quantidade de pessoas que não atendiam as expectativas da escola. Isso facilitava ainda mais o abandono do discente do ambiente escolar, já que não se sentia capaz de acompanhar a turma e adquirir as mesmas habilidades que os outros alunos. No

entanto, considera-se que determinadas questões podem influenciar diretamente na absorção do conteúdo em sala de aula (COSTA et al., 2021).

1.2. PERMANÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

O abandono da instituição escolar é um dos problemas observados em sala de aula. Isto se dá por diversos motivos, mas, por se tratar de um tema complexo, não é possível que seja apontada uma definição para o termo evasão escolar. Todavia, caso sejam analisadas cada situação de forma individual facilita-se o processo para criação de políticas públicas com foco em solucionar a circunstância identificada (JESUS, 2020).

A educação é um direito básico da vida em sociedade. Quando a instituição escolar falha em dar atenção para o discente de maneira adequada, isto é, preocupando-se em proporcioná-lo boas experiências, aumenta-se a quantidade de alunos que deixam de frequentar o ambiente escolar. Contudo, a educação é um direito básico da vida em sociedade. Reforça ideais humanistas e concede oportunidades para o indivíduo perante o mercado de trabalho (PANTOJA, 2021).

Nos dias atuais, surgiram novos estudos sobre o comportamento humano, em especial no ambiente escolar. Com o intuito de aprimorar a prática pedagógica, isso permite que os problemas socioeconômicos que resultam em evasão escolar sejam diagnosticados e tratados desde cedo. Fatores externos podem influenciar para o aprendizado do aluno, o que deve ser observado por professores e demais profissionais, como o psicopedagogo (SILVA; SANTOS, 2023).

Nos dias atuais, nota-se que houve aproximação entre o aluno, a comunidade escolar e a instituição de ensino. Uma vez que a escola conhece diretamente as circunstâncias que causam a evasão escolar, conseguem atuar para evitar que isso aconteça. Entre esses fatores, há a dificuldade de locomoção para o ambiente escolar. Quando não há transporte disponível ou sem as condições adequadas para atender as necessidades dos alunos, por vezes, estes se tornam impossibilitados de frequentar a escola, já que não há meio para locomoção (COSTA et al., 2021).

Quando o aluno abandona a escola, as oportunidades que surgiriam perante a sociedade em razão da educação básica adquirida são ainda mais reduzidas. É importante frisar que todos têm direito a uma vida digna. Isto inclui a criação de um ambiente em que o indivíduo tenha um acesso facilitado para o mercado de trabalho.

Com um emprego estável, sua vida torna-se mais confortável e a lacuna de diferença socioeconômica é minimizada (PANTOJA, 2021).

O acesso a maiores oportunidades também pode ser um fator que contribui para a segurança pública, já que pode ser uma condição impeditiva para que o indivíduo inicie sua entrada para o mundo da criminalidade. Quando o discente tem contato com uma escola que se preocupa com suas condições sociais, consegue visualizar uma possibilidade de obter uma vida mais confortável sem que tenha que se sujeitar a recursos mais escusos (JESUS, 2020).

Esse alto índice de criminalidade evidencia a desigualdade social e pode ser evitado com a simples promoção do transporte dos alunos para a escola, que pode evitar a evasão e descontinuidade do aprendizado. Com o abandono da instituição de ensino e da obtenção de aprendizado no tempo adequado, caso o aluno retorne para a instituição escolar pode se deparar com uma turma superlotada. Isso pode dificultar a atuação dos profissionais da educação, já que é um obstáculo para a atenção individualizada no processo educacional (SILVA; SANTOS, 2023).

Também é importante que os professores sejam qualificados para identificar os motivos que afastam o aluno da escola. Quando a situação é detectada precocemente, é possível que sejam adotadas medidas para evitar que o abandono da instituição aconteça. Cada discente tem suas próprias características. Em sala de aula, é essencial que sejam reconhecidas essas peculiaridades, já que a personalidade do aluno e problemas pessoais e emocionais pode afetar em seu aprendizado (PRATA; SOUZA; LEITE, 2023).

O papel do psicopedagogo para o ambiente escolar é essencial para que a escola tenha a capacidade de adequar os métodos de ensino, sob a perspectiva de melhoria do processo educacional. É essencial o conhecimento do corpo de alunos para que as técnicas sejam apropriadas, o que promove resposta positiva em termos de aprendizado, contribuindo para que os alunos possam desenvolver suas habilidades e contribuir efetivamente para a comunidade (COSTA et al., 2021).

O ambiente escolar tem importante papel para o crescimento dos discentes, tanto para a evolução do desenvolvimento de habilidades, quanto para a disseminação de valores que são inseridos dentro das comunidades e refletem diretamente na maneira em que vivem. Nesta esteira, o acesso ao sistema educacional permite que o aluno tenha oportunidade de adquirir conhecimento e buscar espaço dentro da sociedade, sendo fundamental a preocupação com um

ensino de qualidade, que agrega positivamente a todos os envolvidos no processo (PANTOJA, 2021).

Nos dias atuais, diversos estudos possibilitaram a aplicação de ferramentas pelas instituições com a finalidade de promover um ensino de qualidade e atendimento aos alunos de maneira ampla e adequada. Sendo assim, a aproximação entre escola e aluno, fator que é essencial para o bom rendimento do aprendizado e para que a escola consiga cumprir os objetivos sociais dentro da comunidade e para/ com os discentes (JESUS, 2020).

É fundamental que haja um trabalho em conjunto entre docência e instituição de ensino para que as dificuldades dos alunos sejam identificadas. A escola deve oferecer um ambiente integrativo entre os diversos atores educacionais e sociais. Essa comunicação permite que a educação seja abrangente e contínua e leva em consideração, inclusive, o ambiente familiar em que o aluno está inserido (SILVA; SANTOS, 2023).

A instituição de ensino deve participar de todo o processo que leva o aluno para a escola. Isto vai desde o transporte escolar até o tratamento de mazelas emocionais que podem afetá-lo. Isto posto, considera-se que a gestão organizacional da escola tenha participação ativa e democrática da comunidade, como um todo. Quando há o acolhimento, a escola consegue tomar decisões mais eficazes para o bem-estar do aluno e suas necessidades (COSTA et al., 2021).

Importante considerar que o campo do aprendizado pode ser influenciado por diversas questões subjetivas, que demandam atenção especial da instituição para que os alunos estejam abertos a aprender e desenvolver habilidades. Para que o processo educacional seja efetivo, deve se pautar no fundamento de que as oportunidades são diferentes para cada indivíduo, de modo que um ensino eficaz deve ser direcionado com o objetivo de sanar todos os fatores que podem ser determinantes para que a educação possa ser absorvida (PANTOJA, 2021).

A harmonia entre os profissionais de uma instituição escolar cria um ambiente em que o processo de ensino se torna mais eficaz, já que consegue atender as demandas sociais dos alunos. Essa atenção e cuidado criam oportunidades para uma educação de qualidade. Sendo assim, é fundamental que os profissionais de uma escola tenham seus valores alinhados e se comuniquem de maneira eficiente (JESUS, 2020).

A partir disso, são criadas ações com foco naquilo que o aluno precisa para

desenvolver seu aprendizado. Cada aluno tem suas próprias dificuldades. Essa observação é essencial para a manutenção do corpo discente no ambiente escolar. Para além da concessão do transporte público, também deve ser priorizada a segurança dos estudantes que os utiliza. Por isso, o poder público deve fiscalizá-lo com frequência para que sejam observadas as normas de funcionamento que visam a proteção de seus usuários (SILVA; SANTOS, 2023).

1.3. REGULAMENTAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR E CONDIÇÕES PARA FUNCIONAMENTO

O funcionamento adequado do transporte público escolar exige a observância de uma série de regulamentações, as quais visam a proteção dos alunos que o utilizam. Isto, pois, caso haja alguma irregularidade, pode provocar acidentes e ter consequências irreversíveis para a saúde e integridade física dos estudantes. Trata-se de uma questão de dignidade, que pressupõe o respeito a normas que são essenciais para o transporte adequado dos discentes (PRATA; SOUZA; LEITE, 2023).

Entre os principais pontos ressaltados pela Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) consta-se a taxa de ocupação do veículo. Por isso, é necessário que o poder público, ao oferecer transporte para a zona rural, estude a quantidade de alunos que precisam de assistência para que forneçam o número de veículos necessários ou com tamanho adequado para suportar a demanda (COSTA et al., 2021).

Para além da segurança dos usuários, quando o transporte público escolar atua com a quantidade adequada de passageiros promove maior conforto aos usuários, que conseguem se locomover com mais facilidade. Também é importante que seja calculada a rota de maneira eficiente para reduzir o tempo em que os alunos permanecem na estrada. Tudo isso contribui para que haja satisfação no uso do transporte público (PANTOJA, 2021).

Essa satisfação promove a continuidade de sua utilização, o que reduz a evasão escolar ou, até mesmo, a irregularidade de presença em sala de aula. Frisa-se que os veículos que são utilizados para transportar os alunos da zona rural para a urbana devem ser autorizados e estar em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro e da Marinha do Brasil. No caso do Município de Uberaba, os veículos utilizados são apenas terrestres, como ônibus, micro-ônibus, vans e vw kombi (SILVA;

SANTOS, 2023).

O Ministério da Educação tem regulamentações específicas em relação ao uso desse tipo de transporte. No entanto, é importante frisar que em algumas regiões não é possível que o transporte seja realizado em veículos de grande porte. Excepcionalmente, autoriza-se o uso de veículos menores, como camionetes, para a locomoção dos alunos, os quais devem estar em conformidade com as normas estabelecidas pelo Detran. No entanto, não se recomenda o uso de outros veículos, como, por exemplo, motocicletas, carros de passeio e caminhões (JESUS, 2020).

Também é fundamental que o poder público escolha adequadamente o motorista, já que deve atuar com responsabilidade para que sejam evitados determinados intempéries, como acidentes. Caso o veículo esteja em boas condições, os riscos de uma situação superveniente são reduzidos, o que aumenta ainda mais a segurança dos passageiros. Por isso, o motorista deve ter boas referências e estar com a documentação em dia (COSTA et al., 2021).

O veículo utilizado deve estar em boas condições de higiene, o que também é fundamental para segurança dos passageiros. De acordo com o Ministério da Educação (2007, p. 07), o motorista deve cumprir alguns requisitos para que seja previamente qualificado. Cita-se a “idade superior a 21 anos, habilitação para dirigir veículos na categoria D [...], ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos [...], curso de formação de condutor de transporte escolar”. Além disso, também deve estar cadastrado no Detran e não pode ter cometido faltas graves ou gravíssimas no período de 01 ano.

Também há certas exigências para que o veículo seja considerado como adequado para o transporte de crianças. Cintos de segurança, grades que isolam o motorista para que consiga dirigir com segurança, proteção contra acidentes. Além disso, a aquisição de veículos que tenham menos que 07 anos de uso também é fundamental para a segurança dos passageiros. O tacógrafo, para registrar a velocidade do motorista, é necessário (PANTOJA, 2021).

A estética do veículo também é um dos requisitos para que seja válido para o transporte dos estudantes. Deve se destacar dos demais com a pintura de uma faixa na posição horizontal e de cor amarelada tanto nas laterais, quanto na traseira do veículo. Dentro da faixa, deve ser escrita a palavra “escola” com tinta de cor preta. O veículo deve ser autorizado pelo órgão responsável, a qual deve estar afixada em um local em que seja possível a sua visualização (SILVA; SANTOS, 2023).

1.4. PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR

A permanência do estudante no ambiente escolar, entre outros fatores, também está atrelada na possibilidade de locomoção desse aluno da zona rural para a urbana. O fornecimento de transporte com este fim é fundamental para evitar a evasão e promover o acesso ao campo educacional (PANTOJA, 2021).

Cita-se, portanto, a Lei de nº 10.880, de 2004, que, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) esclarece que o transporte tem como objetivo “[...] garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios” (BRASIL, 2004).

Trata-se de um programa que sofreu certas modificações ao longo dos anos para atender as necessidades dos moradores da zona rural. Até o ano de 2009, somente crianças do ensino fundamental podiam utilizar o transporte público para leva-las até a escola. Atualmente, crianças do nível básico de ensino também tem acesso ao transporte. Para participar do PNATE e receber os recursos do programa não é necessário que seja feita adesão (SILVA; SANTOS, 2023).

Para que façam parte do programa, basta que as prefeituras dos respectivos municípios registrem no censo escolar a quantidade de alunos daquela localidade que residem na zona rural. No caso, a assistência financeira para o uso do transporte é automática. O valor repassado para cada município considera a quantidade de alunos que moram na zona rural, o que indica que há verba para que seja oferecido esse serviço para os estudantes que tem difícil acesso às escolas (COSTA et al., 2021).

O PNATE é um programa que oferece toda a assistência necessária para a manutenção e uso dos veículos. Isto vai desde o pagamento de uma possível reforma até a compra de lubrificantes, combustível e outros, os quais são imprescindíveis para o bom uso do veículo. Como qualquer tipo de transporte, é necessário que seja feita fiscalização constante para que não seja colocada em risco a segurança dos passageiros. Por isso, ter o suporte do PNATE é essencial para que o serviço seja mantido e as crianças tenham acesso às escolas (PANTOJA, 2021).

1.5. PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA

Para solucionar o problema com transporte de alunos da zona rural para a escola foram criadas uma série de políticas públicas para dar suporte aos estudantes. Cita-se, portanto, o programa caminho da escola, criado por meio do decreto de nº 6.768, de 2009, que demonstra a importância do transporte público para promover acesso ao campo educacional. Isto, pois os locais em que esses estudantes moram são de difícil acesso. Ter um meio de locomoção disponível é fundamental para evitar a evasão (JESUS, 2020).

Por vezes, não há escolas em uma localização próxima na zona rural para que sejam frequentadas pelas crianças que moram nessas regiões. E, ainda que se tenha uma escola, o transporte é necessário, já que a distância pode ser uma barreira para o acesso ao campo educacional. Tendo como objetivo a solução para este problema, além dos diversos programas de políticas públicas, também foi criado um Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em que é depositado um crédito especial para os entes federativos para a aquisição de veículos (SILVA; SANTOS, 2023).

É importante que esses veículos estejam de acordo com as normas pré-estabelecidas pelo DETRAN e pelo Ministério da Educação. Isto faz com que o transporte se torne mais seguro e atenda as necessidades sociais dos estudantes que utilizam o serviço. Também oferece recursos para que tais veículos sejam fiscalizados e para que sejam mantidos em boas condições, o que se consubstancia no programa Caminho da Escola (PANTOJA, 2021).

2. TRANSPORTE ESCOLAR NA ZONA RURAL

2.1. A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL

Compreende-se como direitos fundamentais aqueles que são intrínsecos à vida humana e indispensáveis para a vida em sociedade. Nota-se a educação como um preceito essencial para os meios sociais, já que permite a comunicação e garante ferramentas para que o indivíduo consiga prover pela própria subsistência e de outros que dele dependam. Entre as principais características dessas garantias cita-se a universalidade, que trata a educação como sendo um direito de todos (MACHADO, 2020).

Neste passo, o poder público adquire a obrigação de dar condições para que a sociedade tenha acesso à educação, em especial crianças e adolescentes. O Estado deve tutelar pelos direitos daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, criando um ambiente em que há facilidade para o exercício de tais garantias fundamentais. Isso se agrava ainda mais em localidades em que há difícil locomoção. Por diversos fatores, como condições geográficas ou climáticas, o acesso do aluno a uma escola pode ser limitado por não ter capacidade de se locomover até a instituição de ensino (SANTOS, 2020).

No entanto, frisa-se que a situação emergencial ocasionada pela pandemia exigiu adaptação do ensino. Com isso, os docentes tiveram de ministrar as aulas de forma remota, apesar de todas as adversidades decorrentes dessa condição. Contudo, trata-se de uma ação que, ainda que seja uma solução, excluía a população mais carente e que não tinha recursos para assistir as aulas. Em razão da falta de estrutura para a formalização da educação à distância, as instituições de ensino tiveram de improvisar para que as práticas pedagógicas fossem mantidas (LOPES, 2009).

Importante ressaltar que a continuidade do ensino-aprendizagem é essencial para que o aluno adquira os conhecimentos primordiais para sua formação individual e coletiva, o que reforça a necessidade de que frequentem ambiente escolar. Deste modo, o transporte para uma unidade escolar é uma das formas do Estado de garantia aos direitos fundamentais, já que facilita o acesso à sala de aula (MACHADO, 2020).

Para que as atividades desenvolvidas pelo corpo gestor tenham um reflexo positivo em ambiente escolar, é fundamental a promoção de um trabalho contínuo e integrativo, sendo a comunidade uma extensão fundamental para a aplicação dos

conhecimentos adquiridos em sala de aula. Logo, o ensino-aprendizagem é um trabalho conjunto entre família, escola e alunos e sociedade em geral. A comunicação efetiva entre os componentes dessa estrutura permite que o acesso educacional seja amplo e efetivo. Isto, pois a escola é o ambiente em que o indivíduo tem contato com valores determinantes para os meios sociais (LOPES, 2009).

Com um ensino pautado em ideais democráticos, a criação de políticas públicas na área de educação amplia o acesso populacional ao ambiente escolar. São oferecidas, portanto, oportunidades para que os alunos de comunidades carentes adquiram conhecimento. No entanto, nota-se que a carência de estrutura é um dos fatores que distanciam o jovem da instituição de ensino. Sendo assim, devem ser proporcionados meios para que a educação alcance aqueles mais vulneráveis (SANTOS, 2020).

2.2. O ACESSO DE ALUNOS DE COMUNIDADES CARENTES A AMBIENTES ESCOLARES

A sociedade contemporânea está em constante evolução, o que pode ser observado com as inovações tecnológicas e com os recursos que, diariamente, se renovam e permitem novas experiências e comodidade nas relações sociais. Contudo, trata-se de um fenômeno que não alcança a toda a sociedade, o que torna determinada parcela da população vulnerável aos entraves que surgem cotidianamente. Para que essas diferenças sociais sejam supridas, o Estado cumpre um papel importante ao fornecer ferramentas que criam pontes entre as comunidades que necessitam de amparo e os serviços essenciais, especialmente, no que concerne ao acesso à educação.

Apesar disso, ainda há a presença de lacunas ao se constatar eventos imprevisíveis, que fragilizam o auxílio estatal, como observa Machado (2020, p. 15), ao apontar que “o imprevisto de uma pandemia, não está, ainda à altura do avanço da tecnologia e das descobertas humanas. Há que enfrentá-la com as “ferramentas” disponíveis e ainda, onde elas existirem, pois são exíguas, em precisão e quantidade disponível para todos”. A pandemia fez com que o acesso educacional se tornasse ainda mais escasso para as comunidades mais carentes. A falta de computadores nas casas e acesso à internet fez com que as crianças, que não tinham acesso às salas de aula, não conseguissem acompanhar o ensino, cujo acesso já é precário para

quem mora em locais de difícil acesso.

Entre esses locais, cita-se a zona rural como um ponto que necessita de atenção social. Logo, é fundamental que a administração pública forneça transporte público para as crianças que se encontram em locais mais afastados, para que as crianças consigam ter acesso a tais recursos, que devem ser providos pelo Estado. Todavia, trata-se de uma problemática que se evidenciou ainda mais com o advento da pandemia. Isto se deu, pois a escassez do transporte público, somado aos outros problemas enfrentados socialmente, foram um agravante para o processo educacional. Santos (2020, p. 20), sugere que:

Uma nova articulação pressupõe uma viragem epistemológica, cultural e ideológica que sustente as soluções políticas, económicas e sociais que garantam a continuidade da vida humana digna no planeta. Essa viragem tem múltiplas implicações. A primeira consiste em criar um novo senso comum, a ideia simples e evidente de que sobretudo nos últimos quarenta anos vivemos em quarentena, na quarentena política, cultural e ideológica de um capitalismo fechado sobre si próprio e a das discriminações raciais e sexuais sem as quais ele não pode subsistir. A quarentena provocada pela pandemia é afinal uma quarentena dentro de outra quarentena. Superaremos a quarentena do capitalismo quando formos capazes de imaginar o planeta como a nossa casa comum e a Natureza como a nossa mãe originária a quem devemos amor e respeito. Ela não nos pertence. Nós é que lhe pertencemos.

A pandemia Covid-19 evidenciou ainda mais os problemas sociais que já eram enfrentados pela sociedade. Essa escassez de transporte público para as crianças carentes que moram em zona rural refletiu diretamente na qualidade de ensino. Com a precariedade de acesso a recursos tecnológicos, os discentes tiveram um ensino que não refletiu na qualidade que se espera do serviço público, pois, ao não comparecer em sala de aula e não conseguir acompanhar os demais alunos, o conteúdo ministrado não foi repassado de maneira adequada, o que dificulta ainda mais a forma como isso reflete no desenvolvimento cognitivo do aluno.

O acesso a um aprendizado de qualidade é essencial para a vida social e para a futura inserção no mercado de trabalho. Conforme aponta Lopes (2009, p. 30):

Sendo assim, é importante que os municípios e estados formalizem a prestação do transporte escolar rural em suas unidades, ou seja, aperfeiçoem modelos que possibilitem organizar a estrutura de planejamento, gestão e controle. A promoção da melhoria no serviço prestado e garantia de que os alunos não tenham cerceados seu direito constitucional a uma educação e ao transporte escolar para conduzir-lhes às escolas, poderá ser atingida pelo emprego de diretrizes e instrumentos que detêm e auxiliam a implementação das regras pertencentes ao setor.

O transporte público é, portanto, um recurso necessário para que as crianças

que moram na zona rural consigam usufruir das mesmas oportunidades que são dadas aos demais. É uma ferramenta de aprendizado, já que permite o deslocamento do aluno para a sala de aula. No entanto, é importante que o fornecimento de transporte seja efetivo, de maneira que os alunos consigam obter frequência e consigam acompanhar o ensino, conforme a idade e a série em que se encontram. A falta de frequência em sala de aula faz com que haja maior dispersão e compromete a qualidade do aprendizado, o que é prejudicial para o discente.

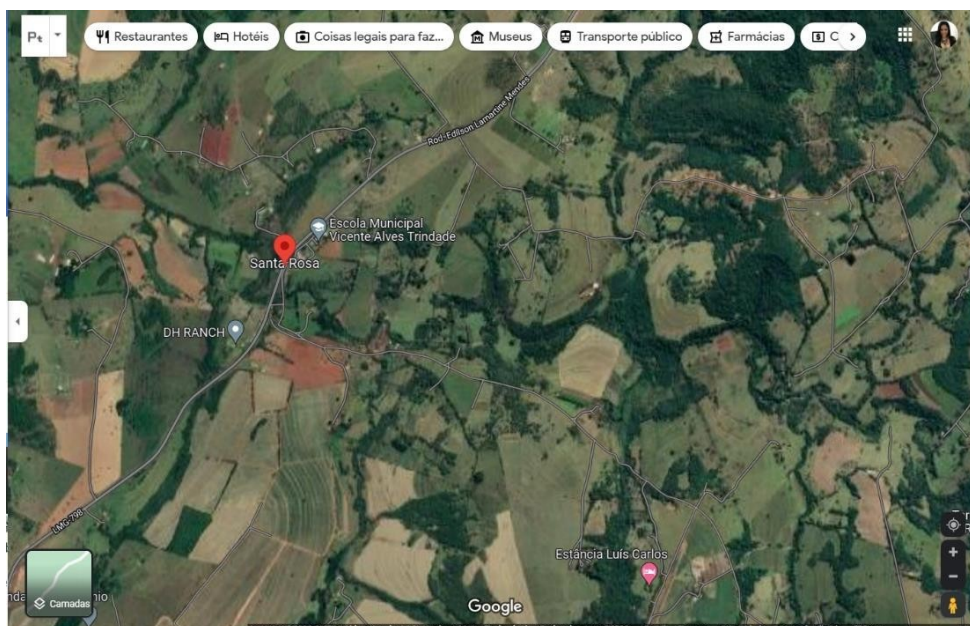
Trata-se de um assunto que é pouco explorado pelas entidades governamentais. É importante que a necessidade de esclarecimento acerca do tema seja elucidada para que os alunos que moram em locais de difícil acesso, como na zona rural, tenham suas necessidades atendidas pela administração pública. Neste sentido, afirma Souza (2009, p. 20), que “o transporte escolar rural é um assunto ainda pouco explorado pelos governos e também pouco estudado; porém, afeta significativamente a vida de milhares de estudantes na zona rural”. É fundamental que haja a preocupação de que o acesso a uma educação de qualidade seja direcionada a todos, inclusive aos alunos que moram na zona rural.

3. O TRANSPORTE ESCOLAR NA ZONA RURAL DE UBERABA/MG

A pesquisa foi realizada em uma comunidade de zona rural. Intitula-se Santa Rosa e é atendida por uma instituição escolar, a Escola Municipal Vicente Alves Trindade, localizada a, aproximadamente, 15km² do Município de Uberaba/MG. Para a compreensão da localização da Escola Municipal Vicente Alves Trindade, observa-se o mapa demonstrado na Figura 1.

De acordo com mapeamento do transporte escolar realizado pela Prefeitura Municipal de Uberaba/MG (2013), “o município oferece o serviço de transporte escolar diariamente para mais de 2.500 alunos da zona rural, distribuídos em oito escolas e quatro Cemei's, em três turnos”. Logo, a caracterização do local tem pertinência com a pesquisa, cujo enfoque é socioeconômico.

Figura 1 – Imagem da Comunidade de Santa Rosa, zona rural do Município de Uberaba/MG.



Fonte: Google Maps (2022).

Trata-se de um Município cuja população estima-se em 340 mil habitantes. Possui uma área territorial de 4.523,957 km² e é considerado o oitavo mais populoso do Estado de Minas Gerais. Região integrante do Triângulo Mineiro, a cidade é conhecida por ser a capital do Zebu. Isto se dá, pois é o local em que se instala a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, que lida com os cuidados e organização de famosos eventos, como a exposição, e tem como foco disseminar a genética do

boi para outras regiões do país.

Com o objetivo de verificar a pertinência da pesquisa, foi realizada uma entrevista com um professor da rede pública de ensino fundamental da zona rural. A entrevista foi realizada com um professor, pois é o profissional que conhece o cotidiano escolar e a importância do acesso ao ensino para todas as crianças, inclusive da zona rural. Para isto, a abordagem foi realizada com o seguinte questionário:

1 – Qual o seu nome completo, idade, em qual cidade reside e dá aula e o nome da escola?

2 - Sr. Ronnie, conte-nos um pouco sobre sua trajetória de vida, a quanto tempo é professor e o que o levou a esse caminho?

3 – A quanto tempo tem que o Sr. Leciona e para qual turma?

4 - Qual o nome da escola que Sr. Está atualmente e em quais escolas o Sr. Já deu aula? Como foram essas experiências?

4.1 – Por ser uma escola em uma zona rural, isso dificultou ainda mais na pandemia?

5 - O que mais impactou na escola com relação a pandemia?

6 - Qual o comportamento dos professores diante da pandemia?

7 - O que deu certo trabalhar com os alunos e quais atividades foram melhor trabalhadas?

8 - Como o Sr. Produziu conhecimento com alunos no período de pandemia, de forma a conseguir atenção dos mesmos?

9 - Havia alguma atividade interativa através de jogos, desenhos, se sim de que forma foram inseridos no conteúdo?

10 - Qual sua percepção no papel dos pais ou responsáveis, com relação ao auxílio nas tarefas nesse período?

11 - Quais incentivos ou apoio os professores tiveram durante a pandemia e qual sua avaliação sobre a atuação do governo em relação a assessoria às escolas durante esse período?

12 - Falando sobre o processo de adaptação ao formato de aula virtual e na readaptação para as aulas presenciais, qual sua percepção no sentido psicológico de professores e alunos?

13 - Como professor que passou por essa difícil experiência em levar

conhecimento para seus alunos de forma remota, qual mensagem o Sr. poderia deixar para as gerações futuras, que pudesse de alguma forma contribuir e auxiliar em possíveis situações semelhantes?

Em resumo, o professor Ronnie contou sua trajetória de vida como professor na rede pública do início até a atualidade. O professor tem 23 anos de profissão e também atuou em escolas particulares. Todavia, hoje está atuando somente na escola rural e em um centro de idiomas como professor de espanhol em zona urbana.

O professor contou o quanto foi difícil encontrar um meio de continuar com ensino na zona rural no momento em que se deu a pandemia, pois todas as soluções pensadas eram pra área urbana envolvendo internet. Tanto os professores, quanto os alunos tiveram que aprender a se adaptar a um novo e inusitado modelo de ensino. Para isso, foram utilizadas as vans escolares como meio de transporte, pois a maioria dos estudantes da zona rural não tem acesso à internet e não teriam como dar continuidade aos estudos em suas residências.

Muitos professores da zona rural contraíram dívidas para adquirir computadores e internet para dar continuidade ao ensino. Isto, pois não tinham ferramentas necessárias para levar conhecimento aos alunos em um período de isolamento social, especialmente sem ajuda de custo ou assessoria por parte dos órgãos públicos aos professores

Frisa-se que os alunos também não tinham essa assistência, conforme relato de profissionais. Sendo assim, a única maneira de dar continuidade ao sistema educacional era através do envio de tarefas aos alunos, as quais eram encaminhadas através das vans que levavam e traziam essas atividades. No entanto, o professor relata que não foi possível alfabetizar, de maneira adequada, os alunos desta fase.

Ao ser questionado sobre a eficiência deste processo, o professor indagou negativamente, afirmando que era apenas um improviso, pois teria sido pior se não tivessem adotado nenhuma medida. Sendo assim, verifica-se o papel essencial que o transporte público teve durante o período de pandemia. Por fim, o professor relembrou a necessidade de maior visibilidade para a área rural.

Em sua entrevista, relatou a importância de um planejamento específico para garantir um ensino com o uso de ferramentas como internet e atividades extracampo, como visitas ao museu da cidade, entre outros. Ainda que, teoricamente, seja realizado, não há eficiência ao ser colocado em prática, o que pode ser confirmado por meio de relatos de pais, alunos e entrevista com o motorista da van escolar, assim

como pesquisas realizadas nos diversos veículos de comunicação.

Foi entrevistada uma família, cuja identidade será preservada. Essa família mora em uma área abrangida pelo transporte público rural. De acordo com marcação da Figura 2, analisa-se o local em que a escola se encontra e sua distância em relação à residência da família. Conta-se, aproximadamente, 03 km de distância entre ambos os pontos, os quais são separados pelo Rio Uberaba, conforme se observa:

Figura 2: Localização da Comunidade de Santa Rosa, zona rural do Município de Uberaba-MG.



Fonte: Google Maps (2024).

A família expôs suas experiências no que tange o transporte escolar rural oferecido pela rede pública atual e relatou inúmeros problemas. A família, que será apelidada de “G”, informou, em entrevista, que a Van escolar não cumpre os horários e que, muitas vezes, sequer aparece. Nesta ocasião, os alunos costumam ficar por dias consecutivos sem comparecer à unidade escolar.

Ao ser questionada, a aluna, membro da família “G”, esclarecia que a justificativa do motorista era sobre falta de manutenção do veículo, displicência no pagamento pelo órgão público responsável ou, em algumas ocasiões, os alunos eram simplesmente negligenciados. Com isso, estima-se que a média de dias/aula em que os alunos da zona rural não comparecem à escola durante vários dias.

Apesar de ocorrer com frequência, a escola, ao ser questionada pela família “G”, não se demonstra preparada para lidar com a situação. Com isto, os discentes são prejudicados, pois não há reposição do conteúdo que perderam. As queixas sobre o transporte público, conforme relatado pela família “G”, também foram direcionados

para professores e colaboradores. Contudo, a resposta era de que não conseguiriam ajudar, pois estava fora de sua alçada.

Isto, pois, de acordo com o jornal JM online (2022, online), os professores da rede pública enfrentavam dificuldades com os alunos da zona rural. Por ser uma região em que se observa a predominância de situação de pobreza, os pais dos alunos sequer eram alfabetizados. Com isso, a transferência de responsabilidade da escola para os pais fazia com que os alunos fossem prejudicados.

Como medida para solucionar o problema, a Secretaria Municipal de Educação relatou a situação para os órgãos responsáveis e notificou a Expresso RS Cargas e Encomendas, empresa responsável pela prestação do serviço. Contudo, não houve eficiência na resolução do problema, que ainda persiste nos dias atuais. Ao jornal, a prefeitura relatou que, ao menos, 07 unidades escolares foram prejudicadas com a falta de veículos (JM Online, 2022).

A reportagem apurou que esta é a nona notificação feita à empresa em razão de descumprimento de obrigações contratuais. Na nota, a pasta ainda reforçou que os pagamentos à terceirizada estão rigorosamente em dia. Além disso, a Secretaria de Educação posicionou que também foi pago na semana passada o reequilíbrio financeiro solicitado pela empresa, justamente para a retomada integral do serviço prestado aos alunos da zona rural.

Para confirmar os fatos alegados pela família “G” sobre os motivos que ocasionaram a carência do transporte público, foi entrevistado o motorista, o qual reside na zona rural. Conforme relatado, a empresa responsável implementou melhorias, ajustando o pagamento dos motoristas, os quais trabalham em regime de terceirização.

No entanto, o transporte dos alunos é realizado em veículo próprio, não sendo feita ajuda de custo para manutenção do veículo. Essa inércia é tanto da empresa responsável, quanto da prefeitura, de modo que o motorista aufere apenas em relação à quilometragem. Na relação “empresa x usuário”, o motorista relatou que havia reclamações sobre a precariedade do transporte público. Todavia, como resposta, houve a informação de que a empresa não possuía veículos suficientes para o atendimento da demanda escolar.

Ao ser questionada sobre os critérios do processo de licitação para seleção da empresa, o motorista relatou que a prefeitura realizava um pregão, sendo selecionada a empresa com menor orçamento. No entanto, não há qualquer análise de qualidade

dos veículos ou, ainda, de possibilidade de atendimento da demanda de alunos da zona rural. Ademais, acerca do quesito acessibilidade, houve informação de que os veículos não eram preparados para receber alunos especiais.

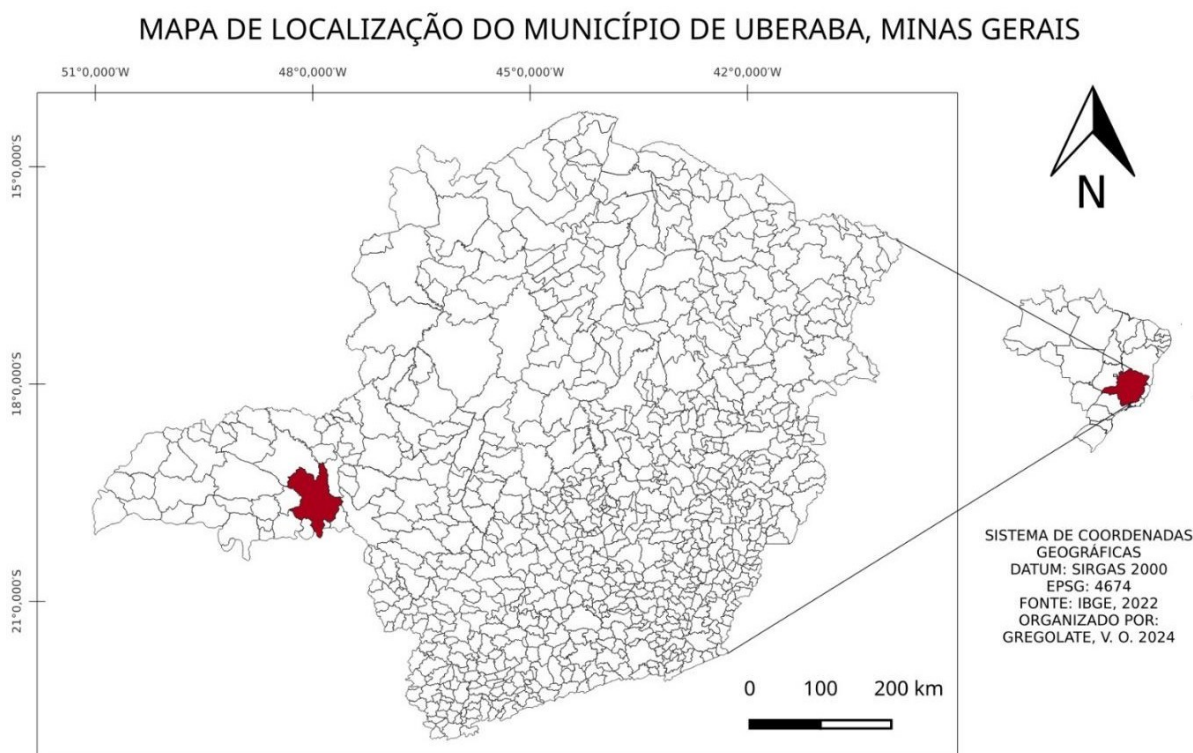
Para contextualizar o relato do motorista escolar, é essencial que sejam consideradas algumas informações sobre a cidade de Uberaba/MG. Desde os primórdios, a economia da região tem como principal fonte a renda provinda da agropecuária (SANTOS, 2020). Sendo assim, grande parcela da população depende do transporte na zona rural.

Conhecida pela exportação avícola para a região do Oriente Médio, a cidade possui um parque agroindustrial, o qual produz, a nível nacional, cerca de 30% de toda a produção de fertilizantes. Os investimentos no campo são diversos, já que se trata de um setor bastante rentável. Neste passo, Uberaba também é o local em que foram produzidos os primeiros adubos fosfatados de toda região da América Latina (SANTOS, 2020).

A zebuíno cultura também é responsável pelo desenvolvimento da cidade, o que acontece desde meados do século XIX. Isso foi importante não somente para a região, mas também para todo o país, que se beneficiou da criação do gado girolando, raça leiteira que tem bastante destaque à nível nacional. Destaca-se, portanto, a importância dos fazendeiros de Uberaba, os quais se desdobram em prol da economia regional e nacional (SANTOS, 2020).

Cita-se, ainda, a Expozebu, evento que acontece desde o ano de 1934 e atrai turistas e investidores para a região e o Centro de Pesquisas Paleontológicas L.I., Price e Museu dos Dinossauros, que sublinham, ainda, a região de Uberaba como sendo um centro de pesquisas importante para o país.

Com isso, houve a criação do Geoparque Uberaba – Terra dos Dinossauros do Brasil, o que se deu em parceria entre a Universidade Federal do Triângulo Mineiro e o Serviço Geológico do Brasil (SANTOS, 2020). Faz-se necessário citá-lo, pois a área do Geoparque ocupa 4.540,51km² da região. Isto, pois é importante que a rota do transporte público da cidade considere a sua extensão ao traçar a melhor estratégia para transportar os alunos da zona rural.

MAPA 01 – Município de Uberaba-MG.

Fonte: Sirgas, 2000.

Dito isso, dá-se continuidade ao relato do motorista, que informou outro fator que dificulta o transporte dos alunos da zona rural para a escola: a precariedade da estrada, cuja situação piora ainda mais em razão das chuvas. Além disso, analisa-se que os veículos, que transportam crianças, são altos e não possuem rampa de acesso. Contudo, a empresa contratante, de acordo com o motorista, proíbe os funcionários de auxiliar a mãe para a entrada de alunos no transporte escolar. Isto, com a desculpa de que deveria ser evitada responsabilidade em caso de um possível acidente.

De acordo com relatos do motorista, as rotas são escolhidas por meio de GPS, sendo que a empresa não segue as normas regulamentadas. Além disso, não há funcionário responsável por traçar o melhor trajeto, avaliar a situação das estradas e, ainda, promover melhor acesso aos usuários. Deste modo, os veículos, que sofrem com as estradas em condições precárias, são desgastados. Logo, além dos cuidados com as crianças, o motorista tem responsabilidade de traçar o trajeto que considera mais adequado, o que facilita a causa de infortúnios na estrada que, por vezes, estão inacessíveis ou interditadas.

3.1. SOLUÇÕES PARA A PRECARIEDADE DO TRANSPORTE NA ZONA RURAL DE UBERABA – COMUNIDADE DE SANTA ROSA

Em entrevista com funcionário do departamento de transporte escolar da Prefeitura de Uberaba, foi possível notar que diversas mudanças foram implementadas, as quais solucionaram os problemas previamente observados. Ao entrevistado, foram feitas as seguintes perguntas:

- 1) Qual a quantidade de veículos disponíveis para atender a comunidade de Santa Rosa?
- 2) A comunidade de Santa Rosa possui veículo adaptado para atender alunos especiais?
- 3) Quantos alunos especiais necessitam de transporte?
- 4) Qual a quantidade de vans operantes e de alunos que as utilizam atualmente?
- 5) Foi solicitado mapeamento das estradas nas quais residem os alunos que estão cadastrados para o transporte escolar rural?

Em resposta, os funcionários alegam que, na gestão atual, têm mais liberdade para trabalhar e sanar questões pertinentes ao transporte de alunos da zona rural. Com isso, auxiliam em tudo que é necessário para que haja bom funcionamento do departamento. Na comunidade de Santa Rosa, são disponibilizadas 16 vans para o atendimento de, em média, 184 alunos.

Em contraponto ao ano de 2020, época de pandemia, a empresa que hoje, em 2024, faz o transporte dos alunos é a Ubervan (Cooperativa dos Transportadores de Uberaba Ltda). Na ocasião, solicitou-se que fossem disponibilizados veículos aptos a atender alunos com necessidades especiais. No entanto, somente 01 aluna na comunidade de Santa Rosa faz uso do transporte.

De encontro ao que foi relatado pelo motorista, a aluna hoje, possui uma van adaptada. No entanto, foi uma conquista que somente aconteceu após muita reclamação, de modo que, atualmente, o funcionário alega ter mais autonomia para os cuidados com as crianças. No relato, foi informado que a família enfrentou dificuldades, precisando mudar de residência, ao menos, 03 vezes para conseguir

frequentar a escola, já que o transporte, em 2020, ainda não era adaptado.

No caso, a van possui uma rampa que auxilia no transporte da aluna, que é cadeirante, de maneira adequada. Ademais, frisa-se que o veículo possui todos os itens de segurança necessários para a viagem. Entre as melhorias, cita-se a contratação da nova empresa, feita de forma emergencial sem licitação, porém a empresa respeita as normas de segurança e atende as necessidades dos alunos. Essa medida foi tomada mediante a tentativa de solucionar os problemas que a empresa anterior causava descumprindo o contrato. O responsável pelo departamento de trânsito escolar da Prefeitura informou que o Edital de Licitação já está pronto para ser publicado, no mais tardar até o mês de Maio/2024 e tem duração de 03 anos.

Apesar disso, ainda há problemas com o clima, já que as estradas se tornam mais precárias em períodos de chuva intensa. Com isso, há mais ocorrência de problemas mecânicos e necessidade de manutenção. Isso acontece, segundo o relato, nos três primeiros meses do ano, época em que as chuvas torrenciais acontecem com mais intensidade.

Figuras 03 e 04: Estrada no Município de Uberaba/MG, Comunidade de Santa Rosa.



Fonte: Acervo próprio (2024).

No entanto, por se tratar de uma situação que já pode ser prevista, a empresa estuda soluções para atender a demanda. Há comunicação mais efetiva entre

transporte e alunos, os quais são informados de tais problemas. Cientes da situação com antecedência, torna-se menos prejudicial aos alunos e, por conseguinte, reduz-se a quantidade de reclamações à empresa.

No início de 2024, o funcionário relatou que, apesar de haver uma rota com carência de motorista, o problema foi rapidamente solucionado pela empresa. Para auxiliar o trânsito de veículos, a Prefeitura de Uberaba disponibilizou máquinas para melhoria das estradas na zona rural de Uberaba, o que significa melhor qualidade e segurança no atendimento aos alunos. Em contato com a Secretaria de Agricultura, que é o setor responsável pelas máquinas que fazem a manutenção da estradas, foi informado que atualmente a Prefeitura conta com apenas 03 máquinas para atender toda a demanda do Município, informação esta que se confirma segundo o relato do funcionário do setor de transporte escolar, ora entrevistado.

Figuras 05: Estrada no Município de Uberaba/MG.



Fonte: G1 (2016).

Sublinha-se que a comunidade de Santa Rosa, segundo o entrevistado, é uma das que apresentam mais problemas com o transporte de veículos. Isto, em razão das

chuvas. A escola que atende a região é a Vicente Alves Trindade. Com isso, a empresa e a diretora mantêm um canal de comunicação para solução de eventuais problemas.

Figuras 06 e 07: Estrada no Município de Uberaba/MG, Comunidade de Santa Rosa.



Fonte: Acervo próprio (2024).

Na ocasião, o funcionário demonstrou o funcionamento do sistema de transporte da prefeitura. Evidencia-se, conforme dados do SETE (Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar, 2024), que a malha rural de Uberaba tem 4.530 km². Essa informação é importante para que haja prestação de contas da área de transportes. Conforme dados do sistema eletrônico de gestão escolar (anexo 01), estas são as escolas abrangidas pela zona rural de Uberaba/MG (Quadro 01).

Quadro 1: Escolas na zona rural cadastradas para o Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar no Município de Uberaba-MG.

Nome	Localizaçã o	GP S	Nível	Horário de funcionament o	Quantidad e de alunos
CEMEI Maria Assis Rezende	Rural	SIM	Infantil, Fundamental	Manhã, Tarde	27
CEMEI Mônica Machiyana	Urbana	SIM	Infantil	Manhã, Tarde, Integral	03

CEMEI Nicanor Pedro da Silveira	Rural	SIM	Infantil	Manhã, Tarde	14
CEMEI Professor Zita Therezinha Caplico	Rural	SIM	Infantil, Fundamental	Manhã, Tarde	35
E. M. Prof. Geni Chaves	Urbana	SIM	Infantil, Fundamental	Manhã, Tarde, Integral	365
E. M. José Geraldo Guimarães	Urbana	SIM	Infantil, Fundamental	Manhã, Tarde, Integral	0
E. M. Monteiro Lobato	Urbana	SIM	Infantil, Fundamental	Manhã, Tarde, Integral	256
E. M. Prof. Terezinha Hueb Menezes	Urbana	SIM	Infantil, Fundamental	Manhã, Tarde, Integral	339
Escola Estadual Aloízio Castanheir a	Rural	SIM	Fundamental, Médio	Manhã, Noite	23
Escola Municipal Totonho de Morais	Rural	SIM	Infantil, Fundamental	Manhã, Tarde, Noite	236
Escola Estadual Carmelita Carvalho Garcia	Urbana	SIM	Infantil, Fundamental, Médio	Manhã, Tarde, Noite	18
Escola Estadual Frei Leopoldo Castelnuov o	Rural	SIM	Médio	Noite	53
Escola Estadual Frei Leopoldo Castelnuov o	Rural	SIM	Médio	Noite	42
Escola Estadual	Urbana	SIM	Fundamental, Médio	Manhã, Tarde, Noite, Integral	2

Henrique Roger					
Escola Estadual Professor Alves (Baixa)	Rural	SIM	Médio	Noite	8
Escola Estadual Professor Alves (Capelinha)	Rural	SIM	Médio	Noite	18
Escola Estadual Quintiliano Jardim	Rural	SIM	Médio	Noite	45
Escola Municipal Celina Soares de Paiva	Rural	SIM	Infantil, Fundamental, Médio	Manhã, Tarde	131
Escola Municipal Frederico Peiró	Rural	SIM	Infantil, Fundamental	Manhã, Tarde	71
Escola Municipal Gastão Mesquita Filho	Rural	SIM	Infantil, Fundamental	Manhã, Tarde	89
Escola Municipal José Marcus Cherem	Rural	SIM	Infantil, Fundamental	Manhã, Tarde, Noite	101
Escola Municipal Maria Carolina Mendes	Rural	SIM	Infantil, Fundamental	Manhã, Tarde	131
Escola Municipal Prof. Stella Chaves	Urbana	SIM	Infantil, Fundamental	Manhã, Tarde	6
Escola Municipal Sebastião Antonio Leal	Rural	SIM	Infantil, Fundamental	Manhã, Tarde, Noite	78
Escola	Rural	SIM	Infantil,	Manhã, Tarde,	51

Municipal Sebastião Angel			Fudnamental,Méd io	Noite	
Escola Municipal Vicente Alves Trindade	Rural	SIM	Fundamental, Médio	Manhã, Tarde, Noite	184

Fonte: Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar (2024).

Conforme demonstra o Quadro 01, há bastante demanda para transporte na zona rural de Uberaba-MG. Por isso, é fundamental que a empresa tenha quantidade de veículos suficiente para atender a demanda. Esses dados ainda foram confirmados pelo sistema interno da Prefeitura de Uberaba, que forneceu as seguintes informações:

Figura 09: Informações gerais sobre o transporte escolar na cidade de Uberaba-MG.

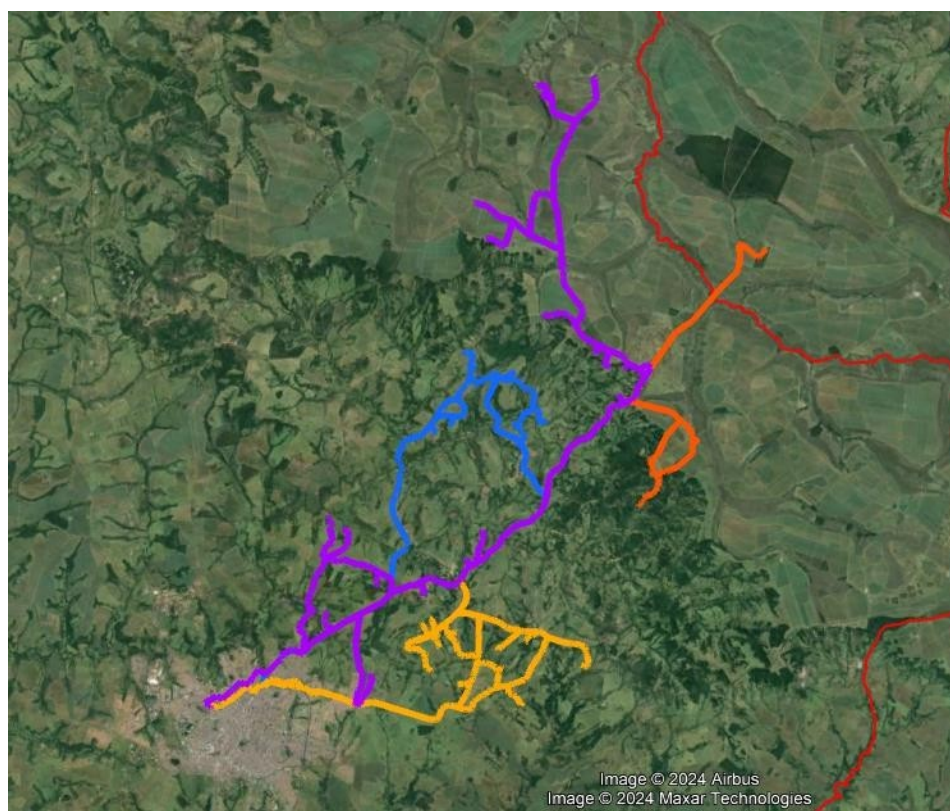


Fonte: Prefeitura de Uberaba-MG (2024).

Conforme análise dos dados, 2.326 alunos utilizam o transporte escolar na cidade de Uberaba-MG, o que totaliza 25 escolas atendidas por rota. Para atender a demanda, são utilizados 75 veículos, sendo que destes 10 se encontram em manutenção. São 158 rotas, perfazendo 184km. Não há dados que forneçam o tempo médio das rotas, já que o sistema apresenta como 0. Segue, nas Figuras 04 e 05, a marcações das estradas na Comunidade de Santa Rosa e a quantidade de alunos na

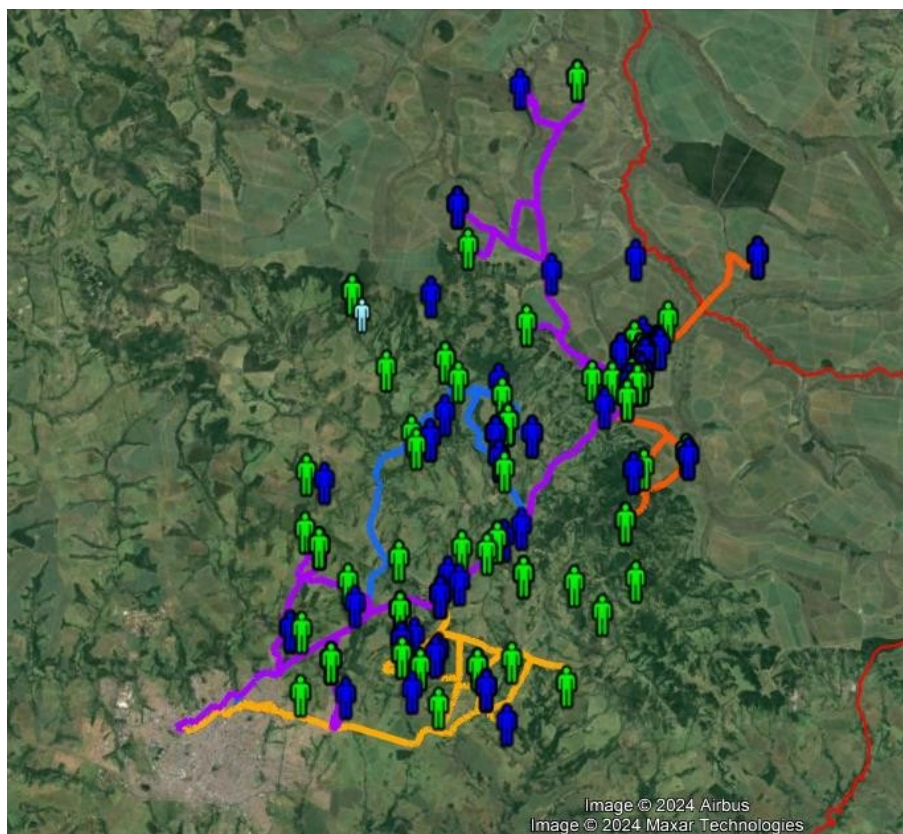
rota.

Figura 10: Rotas feitas pelo transporte escolar na comunidade de Santa Rosa.



Fonte: Google Earth (2024)

Figura 11 - Alunos que utilizam transporte escolar na Comunidade de Santa Rosa.



Fonte: Google Earth (2024).

Em contato com a Diretora da Escola Vicente Alves Trindade, que está a cargo da escola desde o ano de 2022 e que acompanhou, até 2023, o atendimento da Expresso RS, foi feito o questionamento e comparação de atendimento com relação a Expresso RS e a atual empresa Ubervan. Na ocasião, a diretora informou que, atualmente, a Ubervan está cumprindo todas as rotas e a escola não está tendo problemas. Na Figura 06, segue imagem das crianças entrando no veículo da empresa UBERVAN.

Figura 12: Vans escolares transportando os alunos na escola em Santa Rosa.



Fonte: Acervo próprio (2024).

Em seu relato, ainda informou que alguns problemas apresentados hoje são com as estradas, as quais apresentam uma piora na época das chuvas. Isto, pois dificulta acesso das vans até os alunos, já que não há veículos reserva que possam fazer a rota e isso dificulta o atendimento da demanda.

A escola que atende a Comunidade de Santa Rosa tem, em média, 250 alunos, os quais são atendidos entre os períodos da manhã e da tarde. Considera-se, ainda, a rotatividade de alunos que saem e entram na escola. No período noturno, a escola é cedida para o Quintiliano, que é uma escola do Estado que ministra aulas noturnas.

Mesmo diante das cobranças com relação aos veículos adaptados e condições gerais, a empresa anterior não possuía nenhum veículo que pudesse atender as necessidades de alunos com deficiência. Em confirmação aos relatos dos outros entrevistados, a diretora informou que a escola tem uma aluna especial que faz uso

de cadeira de rodas.

Por isso, precisa de ajuda para sua mobilidade, a qual não foi concedida pela empresa anterior. Diante das solicitações, hoje a aluna tem um veículo adaptado à sua disposição. Na ocorrência de falhas mecânicas, justifica-se a ausência do aluno, que tem direito a refazer as atividades. Com isso, há eficiência na comunicação, já que os professores, cientes da eventualidade, tomam as providências necessárias.

Para isso, foi criado um grupo na rede social *whatsapp* com motorista, escola e pais, o que foi fundamental para melhoria do atendimento. Como exemplo, no início do ano de 2024, uma determinada rota ficou sem atendimento por 15 dias. Isto, por falta de motorista. No entanto, a situação foi rapidamente solucionada pela Prefeitura de Uberaba, o que também foi confirmado pela Prefeita da atual gestão.

Figuras 13 e 14: Vans escolares transportando os alunos na escola em Santa Rosa.



Fonte: Acervo próprio (2024).

Figura 15: Vans escolares transportando os alunos na escola em Santa Rosa.



Fonte: Acervo próprio (2024).

Em suma, houve melhoria no atendimento às crianças no Município de Uberaba-MG. Apesar disso, a comunidade de Santa Rosa ainda enfrenta bastante dificuldade em razão da precariedade de suas estradas. Para solucionar este problema, conforme relatado, a prefeitura encaminhou máquinas para trabalhar no local, já prevendo ações visando solucionar a falta de atendimento aos moradores em determinadas épocas do ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema educacional é um direito universal e é fundamental que os órgãos responsáveis adotem as medidas necessárias para que o acesso seja possível a todos. Isso inclui a disponibilização de transporte público para todos os alunos, inclusive os que moram na zona rural. Em teoria, o Poder Público tem obrigação de zelar pela saúde, integridade e bem-estar dos estudantes. Contudo, há negligência não somente com a disponibilização de veículos, mas com a manutenção para que tais cuidados sejam observados.

Observou-se, de acordo com relatos e com as fontes disponíveis, que a prefeitura de Uberaba na gestão anterior, sequer se preocupava com selecionar, por meio de licitação, uma empresa que estivesse adequada conforme as normas legais vigentes. Selecionava-se por menor preço, o que custa caro para a educação e integridade dos alunos da zona rural, que não tem acesso a um serviço de qualidade. Tratava-se de uma negligência que marginalizava a população da zona rural, restringindo-lhes acesso a um recurso fundamental básico e essencial para a sobrevivência humana.

A análise, ao longo dos quatro últimos anos, se tornou positiva mediante a documentação apresentada pela Prefeitura, mudança de gestão política, mudança da empresa prestadora do transporte escolar, in loco e averiguação na referida escola que também passou por mudanças de diretoria. Assim sendo, é necessário manter os avanços que foram conquistados até agora e assegurar para que nas gestões futuras possa melhorar cada vez mais.

Sendo assim, denota-se que foi possível responder aos objetivos propostos, assim como responder ao questionamento. Como solução verifica-se a necessidade de que as autoridades públicas lidem com o assunto com mais seriedade. A falta de acesso ao ambiente escolar é prejudicial não somente para a população diretamente afetada, assim como para toda a comunidade.

REFERÊNCIAS

COSTA, Marcia Cristina Gomes et al. Os desafios do transporte Escolar no Município de Arraias-TO. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.5, p.50832-50846 may 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/30104/23706>. Acesso em: 29 fev. 2024.

JESUS, Cintia Bispo de. **O transporte escolar de estudantes da zona rural: dificuldades e desafios enfrentados no percurso**. 46f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Tocantins, Arraia, Tocantins, 2020. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/3326/1/TCC%20-%20Monografia%20-%20Cintia%20Bispo%20de%20Jesus.pdf>. Acesso em: 29 fev 2024.

LOPES, Elisangela Pereira. **Modelo Organizacional para o Transporte Escolar Rural nos Estados e Municípios Brasileiros**. 2009. 172 f. Dissertação (Mestrado)– Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira. **Educação em tempos de COVID-19 [livro eletrônico]: reflexões e narrativas de pais e professores**. Edição 1 – Curitiba, Editora Dialética e Realidade, 2020. – Acesso em 03/12/22.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, V.1, Nº3, 2º Sem./1996.

PANTOJA, Elaine Vieira. **Desafios E Perspectivas Do Transporte Escolar Rural: Comunidade Vila Maracá, Mazagão, Amapá**. 55f. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias e Ciências da Natureza) – Universidade Federal do Amapá, Mazagão, Amapá. Disponível em: http://200.139.21.55/bitstream/123456789/692/1/TCC_DesafiosPerspectivasTransporte.pdf. Acesso em: 29 fev, 2024.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. Artigo científico. **Revista Lumen**, v. 2, n. 4, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60/88>. Acesso em: 18 jan. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA. **Mapeamento do transporte escolar gera economia de R\$ 6 mil por dia**. Online, 2017. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,27367>. Acesso em: 18 jan. 2023.

SILVA, Maria da Guia Torres Bispo da. SANTOS, Maria Pricila Miranda dos. O abandono escolar da zona rural. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.9.n.11. nov. 2023.ISSN -2675 –3375. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/12181/6010>. Acesso em: 29 fev, 2024.

SOUZA, Valquiria Melo. **Análise Crítica da Infraestrutura de Suporte aos Alunos e do Sistema de Transporte Escolar Rural**: O Caso dos Distritos de Trairi. 2009. 223 f. Dissertação (Mestrado)—Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, 2009.

ANEXO 01



SISTEMA ELETRÔNICO DE GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Versão do SEITE: SEITE WEB 5.0.0

Kata do Relatório 15/04/2024

Uberaba (Minas Gerais)

26 Escolas cadastradas

Nome	Localização	GPS	Nível	Horário de Funcionamento	Quantidade de Alunos
CEMEI MARIA ASSIS REZENKE	Rural	Sim	Infantil, Infantil → Juv.	Manhã, tarde	27
CEMEI MÔNICA MACHIYAMA	Urbana	Sim	Infantil	Manhã, tarde, Integral	«
CEMEI NICANOR PEKROKA SILVA	Rural	Sim	Infantil	Manhã, tarde	14
CEMEI PROFESSORA ZILDA FEREZINHA CAPUCO	Rural	Sim	Infantil, Infantil → Juv.	Manhã, tarde	«5
E. M. PROF.ª GENI CHAVES	Urbana	Sim	Infantil, Infantil → Juv.	Manhã, tarde, Integral	«65
E.M. JOSÉ GERALDO GUIMARÃES	Urbana	Sim	Infantil, Infantil → Juv.	Manhã, tarde, Integral	0
E.M. MONTEIRO LOBAO	Urbana	Sim	Infantil, Infantil → Juv.	Manhã, tarde, Integral	256
E.M. PROF.ª FEREZINHA HUEB MENEZES	Urbana	Sim	Infantil, Infantil → Juv.	Manhã, tarde, Integral	««9
ESCOLA ESTÁKUA ALÓZIO CASPANEIRA	Rural	Sim	Infantil → Juv., Médio	Manhã, Noite	2«
ESCOLA ESTÁKUA CARMELOA CARVALHO GARCIA	Urbana	Sim	Infantil, Infantil → Juv., Médio	Manhã, tarde, Noite	1®

Nome	Localização	GPS	Nível	Horário de Funcionamento	Quantidade de Alunos
ESCOLA ESIPAKUAÍ IREI LEOPOLDO KE CASPELNUOVO (BORG...)	R"íal	Sim	Médio	Noite	5«
ESCOLA ESIPAKUAÍ IREI LEOPOLDO KE CASPELNUOVO (CALC...	R"íal	Sim	Médio	Noite	42
ESCOLA ESIPAKUAÍ HENRIQUE KRUGER	Uíba→a	Sim	I"« damc« tal, Médio	Ma→kã, f'aídc, Noite, I« tcgíal	2
ESCOLA ESIPAKUAÍ PROIESSOR CHAVES (BAIXA)	R"íal	Sim	Médio	Noite	®
ESCOLA ESIPAKUAÍ PROIESSOR CHAVES (CAPELINHA)	R"íal	Sim	Médio	Noite	1®
ESCOLA ESIPAKUAÍ QUINILIANO JARKIM	R"íal	Sim	Médio	Noite	45
ESCOLA MUNICIPAL CELINA SOARES KE PAIVA	R"íal	Sim	I« ra« til, I"« damc« tal, Médio	Ma« kã, f'aídc	1«1
ESCOLA MUNICIPAL IREKERICO PEIRÓ	R"íal	Sim	I« ra« til, I"→damc→tal	Ma« kã, f'aídc	71
ESCOLA MUNICIPAL GASÍAO MESQUIA IILHO	R"íal	Sim	I« ra« til, I"→damc→tal	Ma« kã, f'aídc	®9
ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ MARCUS CHEREM	R"íal	Sim	I« ra« til, I"→damc→tal	Ma→kã, f'aídc, Noite	101
ESCOLA MUNICIPAL MARIA CAROLINA MENKES	R"íal	Sim	I« ra« til, I"→damc→tal	Ma« kã, f'aídc	1«1
ESCOLA MUNICIPAL PROÍO SIPELA CHAVES	Uíba→a	Sim	I« ra« til, I"→damc→tal	Ma« kã, f'aídc	6
ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIAO ANTONIO LEAL	R"íal	Sim	I« ra« til, I"→damc→tal	Ma→kã, f'aídc, Noite	7®
ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO RANGEL	R"íal	Sim	I« ra« til, I"« damc« tal, Médio	Ma→kã, f'aídc, Noite	51

Nome	Localização	GPS	Nível	Horário de Funcionamento	Quantidade de Alunos
ESCOLA MUNICIPAL JOÃO DE MORAIS	Rural	Sim	1º ao 5º ano, 1º ao 5º ano	Manhã, tarde, Noite	200

